

José Calvet de Magalhães 1915-2004

Publicação: [O Mundo em Português Nº58](#)

Data de Publicação: Abril/Maio de 2005

A 13 de Dezembro de 2004, morreu em Lisboa, a cidade onde tinha nascido há quase noventa anos, José Calvet de Magalhães. Durante 20 anos, o IEEI beneficiou do seu conselho sempre lúcido e ponderado como Presidente do Conselho Geral. Devemos-lhe imenso, tal como lhe deve imenso a diplomacia portuguesa, que durante tão longos anos serviu com o brilho e a independência de espírito que sempre o caracterizou. O seu apego à paz como valor e à diplomacia como seu instrumento, a sua convicção profunda de que a função essencial do diplomata é a de «fazedor da paz», constitui um traço forte e saliente do seu pensamento humanista, que deixou expresso em vasta e variada obra, particularmente nos seus textos sobre temas europeus.

Damos a conhecer neste número um dos seus poucos inéditos, que escreveu quando morreu outro convicto europeísta português, Francisco Lucas Pires. Divulgamos ainda excertos da obra *Conversas com José Calvet de Magalhães*, de Álvaro de Vasconcelos, que proximamente vai ser publicada pela editora Bizâncio.

José Calvet de Magalhães

Francisco Lucas Pires – um cidadão europeu

A morte prematura de Francisco Lucas Pires constituiu um duro golpe para todos aqueles que o conheceram de perto e desfrutaram da sua amizade. Era um homem que irradiava simpatia e provocava respeito intelectual. A sua inteligência e cultura eram excepcionais. Mas estas qualidades superiores, embora admiráveis, não bastam, por si sós, para fazer um grande homem. É necessário que a elas se junte também um sólido carácter. E Francisco Lucas Pires era dotado de grande integridade intelectual e moral. A política, em que andou envolvido, apesar das suas armadilhas, não o maculou. Atravessou o fogo político incólume. Ele era o tipo de homem incorruptível, embora dotado de inequívoca bondade e tolerância. Era um homem que sabia ouvir e, por conseguinte, um verdadeiro democrata. Se o princípio fundamental da democracia é o respeito pela opinião dos outros, Francisco Lucas Pires sabia ouvir e auscultar a opinião

dos outros. Era assim um político de excepção pois, como é notório, os nossos políticos, em regra, falam muito mais do que ouvem.

A morte prematura de figuras políticas de vulto parece uma fatalidade constante da história nacional. O príncipe D. Afonso, único filho legítimo e herdeiro de D. João II, morreu, na flor da idade, numa corrida a cavalo nas margens do Tejo, destroçando a vida de seu pai. O jovem príncipe D. João, herdeiro de D. João III, morreu também prematuramente, o mesmo acontecendo ao seu filho póstumo, o rei D. Sebastião, morto ingloriamente nas areias de Alcácer Quibir. O príncipe real D. Teodósio, filho primogénito de D. João IV, preparado cuidadosamente para lhe suceder, faleceu com dezanove anos. Semelhante destino teve o príncipe real D. José, herdeiro presuntivo de D. Maria I, falecido com vinte e sete anos. D. Pedro IV, após ter levado os liberais ao triunfo, morreu com trinta e seis anos e a sua herdeira, D. Maria II, morreu de parto com trinta e quatro. D. Pedro V, seu filho e sucessor, finou-se com vinte e quatro anos. O rei D. Carlos, quando foi assassinado, tinha apenas quarenta e seis anos e o príncipe real D. Luiz Filipe, que o acompanhou na morte, vinte e um. O presidente Sidónio Pais tinha quarenta e seis anos quando foi abatido. O engenheiro Duarte Pacheco morreu num acidente com quarenta e quatro. E esta lista trágica prossegue com o desaparecimento prematuro, já próximo dos nossos dias, de José Pedro Pinto Leite, Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e Carlos Mota Pinto.

Este rol, marcado pela fatalidade, refere-se apenas a algumas figuras políticas que se tivessem vivido mais algum tempo, como era natural, poderiam ter influenciado no curso da história nacional. Ele leva-nos a reflectir sobre as contingências da história e a influência que certos homens poderiam ter exercido na construção do futuro. Francisco Lucas Pires já passara os cinquenta anos, mas ainda poderia ter vivido largos anos e as suas excepcionais qualidades intelectuais e morais certamente o levariam a desempenhar novas funções relevantes na vida política nacional e internacional. Como era, porém, além do mais, um trabalhador incansável, que não sabia parar, matou-se a trabalhar.

Conheci Lucas Pires por volta de 1980, quando regresssei a Portugal após ter terminado o meu serviço diplomático no estrangeiro. Logo no nosso primeiro encontro se estabeleceu entre nós um forte elo de simpatia mútua. Quando lhe fui apresentado ele recordou algumas palavras amáveis de Francisco Sá Carneiro a meu respeito. Nunca tive, no entanto, a oportunidade de estabelecer com ele relações de grande intimidade mas, no decorrer dos anos, mantivemos muitos contactos sobretudo por ocasião de reuniões relativas a problemas europeus, em que ambos andávamos empenhados. Além da simpatia pessoal que nos ligava, comungávamos ambos de concepções

liberais e europeístas, denotando-se nos escritos e intervenções que fazíamos grande identidade de pontos de vista; particularmente no que se referia à magna questão da integração europeia.

Éramos ambos europeístas convictos, embora pertencendo a duas gerações diferentes, não só no aspecto temporal mas também no aspecto ideológico. O meu europeísmo é por assim dizer, pré-histórico e de princípio. Muito antes de Francisco Lucas Pires ter nascido para a vida, eu já era europeísta e não apenas um europeísta pós-instituições europeias, pois o meu ideal de unidade europeia era anterior à Segunda Guerra Mundial, ao Congresso da Haia e à criação das comunidades europeias. Estas surgiram para mim, como para os europeístas da minha geração, discípulos de Coudenhove-Kalergi, como meios ou processos para alcançar a almejada integração política europeia.

Francisco Lucas Pires, quando atingiu a idade madura, encontrou já constituídas e funcionando as comunidades europeias precursoras da actual União Europeia. Pertencia, por conseguinte, aos europeístas que se podem apelar de segunda geração, para os quais a completa integração política europeia constitui um corolário natural e necessário das actuais instituições europeias. Não pertencia, no entanto, ao grupo de europeístas oportunistas ou de conveniência, que considera a nossa integração nas instituições europeias como uma exigência para preservar o regime democrático instituído em 1974 e promover o desenvolvimento económico e social do país. Embora considerando importante a participação portuguesa no processo de integração europeia, baseava as suas convicções europeístas em raízes profundas da história da Europa e na necessidade de dar corpo político a uma unidade cultural incontroversa e na necessidade imperiosa de evitar para sempre as lutas fratricidas entre as grandes nações europeias. Num notável ensaio publicado em 1991, na revista *Estratégia* («A via média da União Política»), afirma, de passagem, que a maioria da história europeia está cada vez mais perto da racionalidade que a sua cultura sempre demandou. E essas raízes profundas do seu pensamento europeu podem verificar-se melhor no pequeno livro que intitulou *Europa*, publicado em 1992.

Lucas Pires não foi apenas, no entanto, um europeísta teórico: foi também um europeísta de acção. Além de ter sido euro-deputado foi vice-presidente do Parlamento Europeu e presidente do grupo parlamentar Democrata Cristão, além de vice-presidente das Democracias Cristãs (UEDC) e da União Democrática Internacional (UDI). No plano interno, foi militante do CDS e deputado por este partido na Assembleia da República, defendendo com Freitas do Amaral, e outros, a linha europeísta mantida pelo CDS até

1985. Em 1983, sucedeu a Freitas do Amaral na liderança do partido, mas em 1985, em virtude das atitudes anti-europeístas de sectores partidários, fruto de um misto de ignorância atrevida e de nacionalismo estreito, demitiu-se da presidência do partido e, como as declarações públicas fortemente anti-europeístas do novo presidente, Manuel Monteiro, se acentuaram, abandonou o partido em 1991, continuando, porém, a ser eleito euro-deputado nas listas do PSD.

O seu profundo conhecimento do funcionamento das instituições da União Europeia e dos problemas decorrentes do processo do seu desenvolvimento (alargamento e aprofundamento) levaram-no a expor publicamente as suas ideias sobre a evolução mais desejável da União, o que fez em numerosas intervenções em colóquios e em artigos da imprensa, e, sobretudo, em forma mais desenvolvida, no livro que publicou em 1995, com o título Portugal e o futuro da União Europeia – sobre a revisão dos Tratados em 1996.

Sustentou nesta obra, notável pela profundidade e amplitude que revela sobre o problema da reestruturação das instituições europeias, que a evolução já conseguida no sentido técnico-económico-funcional deveria ser complementada por outra mais democrática-política-constitucional, que deveria levar a uma União Europeia mais liberal e mais democrática. Tratava-se de promover uma Europa em que a vontade dos cidadãos deveria ter um papel mais relevante. A democratização da União deveria levar ao alargamento das competências de co-decisão do Parlamento Europeu em todas as matérias de tipo não constitucional do primeiro pilar. Entendia que o reforço das instituições supranacionais da União, ou seja, da Comissão e do Parlamento, levaria a um maior equilíbrio entre grandes e pequenos países membros. Para ele a União Europeia deveria evoluir no sentido de uma Federação de Estados, embora não de Estado Federal, evitando-se quaisquer fórmulas de tipo «directório» ou cair na tentação de introduzir nas votações do Conselho o «coeficiente» população.

Preconizando um avanço corajoso no sentido de uma maior integração política, com a adopção clara e firme de uma política externa e de segurança comuns e do euro, entendia que uma União mais forte e mais democrática interessava aos pequenos países, e particularmente a Portugal. Resumindo o seu pensamento afirmava: «Agora trata-se do interesse dos Estados (Conselho), do interesse da Comunidade como um todo (Comissão) e do interesse popular dos produtores e consumidores que se movimentavam no interior do Mercado Único e usarão a moeda única (Parlamento). A questão é reconhecer as alterações de posição relativa que o inter-relacionamento dinâmico destes interesses, ou destes diferentes níveis do novo «interesse público» vai

produzindo, porque, como bem se compreende eles vão mexer-se inevitavelmente no xadrez, devido à compleição do mercado único, ao advento da moeda única e à relativização subsequente dos Estados na nova ordem mundial».

Como português considerava não só fundamental a participação do país na União Europeia, como não tinha dúvidas sobre as vantagens de Portugal numa União politicamente mais coesa e mais forte. Por isso, ao referir-se à evolução que preconizava para as instituições europeias conclui: «a plena co-decisão portuguesa nesta evolução, como membro sénior de pleno direito na União Europeia, implica o acompanhamento da maioria dos restantes Estados membros, através da etapa da moeda única e da progressiva comunitarização das áreas da defesa, política externa e cooperação judicial e policial».

Quer nas ideias que defendia quer na sua actividade política, Francisco Lucas Pires revelou-se, além de um ardente patriota, um consciente e verdadeiro cidadão europeu.